



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas de Infância e Juventude e Idoso (CEVIJ)

Reunião COVIP

ATA - Nº [Status]

Data: 09.05.2022

Horário: 11h

Local: Plataforma Microsoft Teams

A **Dra. Raquel dos Santos Pereira Cipriano**, Juíza Membro da COVPI, deu início a reunião da COVIP, às 11 horas, explicando a retomada dos trabalhos da Comissão e solicitando a todos que se apresentassem:

1. **Eliana Olinda Alves** – Psicóloga da CEVIJ;
2. **Daniel Elias** – Assistente Social, membro da equipe técnica do Centro de apoio das Promotorias de Infância e Juventude do MPRJ;
3. **Daniela Considera** - Defensora Pública da CEDEDICA;
4. **Simone Valadares** – Psicóloga do CECIP;
5. **Lucas Accioli** - Estagiário de serviço social da CEDEDICA;
6. **Telênia Hill** – Psicóloga da Equipe Técnica CEDEDICA;
7. **Saulo Oliveira dos Santos** – Psicólogo da Equipe Técnica do CAO Infância;
8. **Patrícia Hauer** – Promotora de Justiça da Infância e Juventude da Capital;
9. **Roberta Thomé** – Assistente social do CEDEDICA;
10. **Marcella Gravinho** – Assistente Social do CIEDS;
11. **Verônica Ennes** – Advogada do CECIP;
12. **Rodrigo César Medina** – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO de Infância e Juventude do Ministério público, na área não infracional;
13. **Danuza Nascimento** –
14. **Anna Uziel** – Professora da UERJ;
15. **Mônica Amaral Machado** – Comissária de Justiça da CEVIJ
16. **Luiza Ercole** – Sub-Diretora da UMI;
17. **Lívia Lamour** – Estagiária CEVIJ.

A **Dra. Raquel** solicitou que a **Sra. Eliana** citasse os pontos a serem debatidos baseados na ata da reunião anterior. A **Sra. Eliana** citou a existência de quatro pontos a serem abordados, sendo um destes a CICA, que está sendo retomada. Outro ponto foi o levantamento a ser realizado pela Sra. Susilane Duarte, da Secretaria Estadual, junto aos municípios do estado do Rio de Janeiro, de dados sobre as violências contra crianças para alimentar a pauta do **GT – Violências Primeira Infância**. Devido a outras demandas, essa deliberação ainda não pode ser cumprida – **(Deliberação-1)**. A **Sra. Eliana** anunciou que ocorrerá no dia 13 de maio, uma **Roda de Conversa sobre acidentes domésticos na Primeira Infância**, tendo como palestrante a **Sra. Érica Torneli**, Cientista Social e Especialista em Espaços Seguros para Crianças, das Aldeias - SOS. A terceira pendência é em relação à visitação de crianças aos pais encarcerados, estando agendada uma audiência pública para o dia 10 de maio. A **Dra. Patrícia Hauer** explicou que essa ação judicial sobre a visitação de crianças aos pais encarcerados foi ajuizada pela Defensoria Pública que busca alterar alguns itens da Resolução 584/2005, da SEAP

para a visitação em presídios. Após a audiência, podemos ter mais informes da Defensoria Pública sobre as possíveis alterações desse documento – **(Deliberação-2)**.

A **Sra. Eliana** pontuou que, embora muitas gestões da SEAP tenham sofrido mudanças, a UMI se manteve com a **Sra. Viviane** e a **Sra. Luiza**. Em relação à UMI, a **Psicóloga da CEVIJ** destacou que foi realizada a reunião para organização da **Semana do Bebê, de 2022**, sendo este evento híbrido. A **Sra. Eliana** solicitou indicação de nomes para comporem as mesas do evento virtual da Semana do Bebê. A Dra. Raquel pergunta sobre a data da referida Semana, sendo respondido pela **Sra. Luiza** que será nos dias **13, 14, 15 e 16 de setembro**. A **Sra. Eliana** explicou que este evento costuma ocorrer em outubro e novembro, mas devido às eleições deste ano, o evento foi adiantado. Uma das atividades que ocorrerá na Semana do Bebê será a construção de um álbum, baseado no projeto ao **Instituto Fazendo História**, que tem como objetivo, a partir do álbum, reconstituir a história/memórias de crianças separadas de suas famílias. Essa construção do álbum, na UMI, tem a mesma finalidade, sendo também uma ferramenta, quando a criança se separa de sua mãe, para a família extensa e Programas de Acolhimento falar sobre a memória dessa mulher-mãe com quem esse bebê conviveu durante pelo menos seis meses. A **Sra. Eliana** também destacou que as reuniões de organização da Semana do Bebê no DEGASE, com a referida equipe também se iniciou, com previsão de ocorrer nos dias **09, 10 e 11** de agosto.

Após os destaques dos encaminhamentos, a **Sra. Eliana** solicita que a **Sra. Marcella Gavinho**, representante do CIEDS e participando pela primeira vez, apresente o trabalho realizado pela ONG. A **Sra. Marcella** explicou que o CIEDS é responsável, atualmente, pela co-gestão de três unidades de acolhimento de adolescentes, sendo estas: **Paulo Freire, Dom Helder e Sueli Campelo**. O trabalho é realizado em parceria com o município do Rio de Janeiro, por meio de um Termo de Cooperação. O CIEDS é responsável principalmente pela contratação, compra de insumos, serviços e trabalhos de levantamento de dados relacionados ao setor de serviços. Atualmente, o CIEDS possui uma parceria com o UNICEF, sem o envolvimento da Secretaria do Município, tendo um grupo de trabalho interno que debate formas de o trabalhador perceber violências contra crianças e adolescentes, com foco nos casos de abusos e violência sexual contra crianças. O objetivo principal deste trabalho do CIEDS é conscientizar e sensibilizar os trabalhadores sobre as violências sofridas pela criança. A **Sra. Eliana** perguntou se a **Sra. Marcela** possuía alguma informação referente à questão do novo projeto da Assistência Social, denominado **Lares Cariocas**, uma vez que a Casa das Margaridas foi recentemente fechada. A **Sra. Marcela** explicou que a Casa das Margaridas foi fechada por uma decisão da Prefeitura e afirmou não ter nenhuma informação com relação ao referido projeto. A **Sra. Eliana** destacou o trabalho que era realizado pela Casa das Margaridas, que recebia gestantes e puérperas dependentes químicas, como um serviço necessário no atendimento de uma problemática singular.

A **Sra. Marcela** explicou que atualmente é Conselheira do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente e indagou se CEDCA participa das reuniões da COVPI, sendo respondida pela **Sra. Eliana** que a **Sra. América** estava como representante do CEDCA e a **Dra. Eufrásia**, Defensora Pública, compõe o **GT violência na Primeira Infância**. A partir dessa informação, a **Sra. Marcella** explicou que no Conselho Municipal

de Direitos da Criança e do Adolescente haverá troca de Conselheiros e a instituição que a Sra. América representa, não estará na nova configuração do CMDCA. Em relação à Dra. Eufrásia, a **Sra. Marcella** questionou se a mesma está como representante do CDEDICA ou do CEDCA. A **Sra. Eliana** disse que a **Dra. Eufrásia** que representa ambas as instituições e pontuou que **na Semana de Valorização da Primeira Infância/2021** ficou como proposta a formação de um GT para discutir sobre a construção do **Plano Nacional Pela Primeira Infância**, tendo a referida Defensora Pública como representante pelo CEDCA.

A partir desses informes e apresentação das ações do CIEDS, a **Dra. Raquel** destacou que nas ações dos Eixos da COVPI, a criança filha (o) de pessoas privadas de liberdade precisa de uma atenção especial. Destaca que se faz necessário a integração dos órgãos responsáveis pela infância e pela política carcerária estadual para que ações efetivas sejam realizadas. Por essa razão, a Dra. Raquel destacou a importância de a COVPI fazer a integração entre vários órgãos de forma interna, usando como exemplo a ligação entre a criança vítima e a mulher vítima. A **Dra. Raquel** destacou que a percepção de que deve haver a integração entre essas duas questões é uma forma de amadurecimento institucional. A **Magistrada** informou que o trabalho atual do **Projeto Fazendo Justiça** que busca atualizar a documentação de pessoas privadas de liberdade, contando que todos os meses, o ônibus da **Justiça Itinerante** vai a uma unidade prisional, com o objetivo de autenticar a documentação destas pessoas. Informou que no dia **06 de junho** haverá uma atividade com as mulheres da Unidade Prisional feminina **Talavera Bruce**, que contará com a sua presença e da Sra. Eliana, para esclarecer sobre a regularização da guarda de seus filhos que será realizada pela **Justiça Itinerante, dia 24/06 – (Deliberação-3)**. A **Magistrada** destaca que esse é um tema importante, tendo-se em vista que algumas mulheres temem assinar o termo de guarda receando não perderem o acesso aos filhos, ao saírem da prisão.

Em seguida, **Dra. Raquel** perguntou a **Sra. Eliana** sobre o andamento das reuniões e o trabalho junto ao município, no eixo do **Acolhimento Institucional**. A **Sra. Eliana** respondeu que não há perspectiva, devido às **Audiências Concentradas**, que exige uma atenção focada das equipes do Poder Judiciário e dos abrigos. A **Sra. Eliana** disse que está planejando um workshop, na ESAJ, sobre a Abordagem Pikler, no fim de maio e começo de junho voltado às referidas equipes – **(Deliberação-4)**. A **Dra. Raquel** ressalta a importância de reaproximação com o município, retomando o **Acordo de Cooperação** assinado. A **Sra. Eliana** respondeu que houve mudança de Secretária da Assistência Social, assumida pela Sra. Viviane Almeida. A pessoa responsável pela Coordenação da Primeira Infância, no município, também mudou, mas ainda não sabe quem assumiu. Destacou que a nova Secretária, a **Sra. Viviane Almeida**, já recebeu convite para integrar o grupo da COVPI.

A **Psicóloga da CEVIJ** informa que, no dia 25 de maio, data em que se celebra o dia **Nacional da Adoção**, acontecerá o evento **Adoção em Pauta**, pela EMERJ, debatendo-se sobre a adoção inter-racial e adoção tardia, temas voltados aos trabalhos realizados junto às Varas de Infância.

A **Dra. Raquel** informou que está acumulando a Vara de Registro Público da Capital e as audiências de **registro paterno** serão retomadas em junho. Em sua percepção, essa atividade junto à VRP é uma possibilidade de combate ao **Sub-registro Paterno**, 3º Eixo de ação da COVPI. Destaca que o percentual de crianças sem o nome do pai no registro, no Rio de Janeiro, é de **7%**, número considerado alto, pelo total de crianças nascidas por ano. Para alcançar essas famílias, o processo tem início com a escola notificando quais são crianças que não têm o nome do pai no registro de nascimento. A partir desse dado, o cartório da VRP aciona a mãe da criança para que informe o paradeiro do suposto pai, que é chamado para a audiência, podendo reconhecer a paternidade no momento da audiência ou, em caso de dúvidas, solicitar o DNA. Uma vez confirmada a paternidade é extraída nova certidão da criança. Com a retomada das referidas audiências, a Magistrada solicitou a participação da **Sra. Eliana** no atendimento às famílias, bem como o auxílio da **Sra. Anna Uziel** com a equipe de estagiários de Psicologia, da UERJ – **(Deliberação-5)**.

Nada mais a ser acrescentado, a **Dra. Raquel** encerrou a reunião, ficando a próxima marcada para o dia **13 de junho de 2022**, às 11 horas.

RAQUEL DOS SANTOS PEREIRA CHRISPINO
Juíza da CEVIJ

DELIBERAÇÕES		RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Levantamento, junto aos municípios, de dados sobre violências contra crianças para alimentar a pauta do GT – Violências Primeira Infância	Sra. Susilane	
2	Apresentar os resultados da Audiência Pública sobre a Resolução 584/2015	DP	
3	Atividade, dia 06 de junho, com as mulheres da Unidade Prisional feminina Talavera Bruce sobre a regularização de guarda de crianças	Dra. Raquel Sra. Eliana	
4	Organização de workshop, na ESAJ, sobre a Abordagem Pikler, voltado às equipes das VIJIs e acolhimento.	Sra. Eliana	
5	Participação da Sra. Eliana no atendimento às famílias, nas audiências a VRP e auxílio de estagiários de Psicologia, da UERJ.	Sra. Eliana Sra. Anna	